

AS RELAÇÕES CAPITAL—TRABALHO NO LIMAR DO SÉCULO XXI*

IE-00001172-4

Alain Lipietz**

1 - Introdução metodológica

Prever o futuro das relações capital—trabalho não é uma tarefa fácil. Já existe um amplo espectro de relações profissionais, inclusive no interior dos países capitalistas avançados. Além do mais, nesses mesmos países, aumentam as diferenças, contrariamente ao ocorrido nos anos 50-60, quando prevaleceu um modelo bastante unificado: o fordismo. Trata-se talvez de uma situação transitória: a crise do mundo antigo leva a um período de busca hesitante de novos "paradigmas industriais" e de novas regras de jogo na organização do trabalho assalariado.¹ É sempre possível que emergja uma nova ordem "paradigmática". Mas também é possível imaginar que a marcha do fordismo para a hegemonia tenha sido apenas uma "succes-story" única na história do capitalismo. Pode ser que o futuro nos reserve uma situação muito mais fluida, com a coexistência de vários tipos de relações capital—trabalho, mesmo em um único país: uma **configuração** de modelos complementares de relações profissionais. Além disso, uma "ordem paradigmática" talvez não passe de uma criação do teórico, uma simplificação da realidade sem forma, uma estilização subjetiva do empirismo caótico. Nem o

* Este texto constitui uma versão preliminar da conclusão de um programa de pesquisas da Universidade das Nações Unidas (WIDER, Helsinkí), coordenado por S. Marglin e J. Schor. Os diferentes estudos, dos quais este ensaio pretende ser uma síntese, estão citados na bibliografia como "Projeto WIDER" e representam uma ampla amostra de situações encontradas no mundo inteiro (Norte, Sul, Leste e Oeste).

O autor agradece à WIDER pelo apoio financeiro a esse programa de pesquisas e aos participantes pelas críticas à sua tentativa de síntese, da qual assume, todavia, a total responsabilidade.

Tradução de Ricardo Brinco, do original *Les rapports capital—travail à l'aube du XX^{ème} siècle*.

** Pesquisador do CEPREMAP, Paris.

¹ Esses termos serão precisados ulteriormente. Uma terminologia equivalente é utilizada pela teoria americana das "Social Structures of Accumulation" [por exemplo, Bowles, Gordon & Weisskopf (1986)], pela abordagem francesa da regulação [ver Boyer (1986) e Lipietz (1985a)] ou pelos trabalhos do Projeto WIDER da Universidade das Nações Unidas [ver Glyn et alii (1988)]. A palavra paradigma deve ser entendida tanto em seu sentido grego original ("exemplo") como em sua acepção moderna em lingüística e epistemologia ("conjunto de termos unificados por uma noção comum, como as folhas de uma árvore").

fordismo nem o taylorismo existiram, em momento algum, como simples reflexo de seus modelos!

Após todas essas precauções introdutórias, poderia parecer inútil a análise prospectiva das relações capital—trabalho ou, aliás, qualquer outra análise prospectiva das formas sociais. Todavia há boas razões para acreditar que as relações sociais obedecem a uma ordem, tendendo a se adaptarem a formas típicas. O melhor argumento nesse sentido é o de que todos os agentes que participam no estabelecimento das relações sociais são eles próprios sujeitos que buscam atingir objetivos em situações similares: otimização da eficiência ou, pelo menos, um comportamento satisfatório, de modo a sobreviverem em meio aos interesses conflitantes da concorrência. No curso desse processo, tendem a imitar a experiência dos outros, lêem livros de administração, jornais de negócios e editoriais, e seguem os modismos. As pessoas aprendem. A análise prospectiva está relacionada com a possibilidade de uma convergência no curso desse processo de aprendizagem.

Contudo não há razões para acreditar que exista apenas uma solução nesse processo de estabelecimento das relações sociais. No campo das relações profissionais, essa idéia está frequentemente associada à hipótese de um progresso objetivo das forças produtivas, às quais deveriam se adaptar as relações sociais através do processo de aprendizagem. Essa idéia, comum tanto ao velho texto marxista como a muitos escritos atuais sobre as "exigências da revolução informática", é refutada pelas observações empíricas evocadas nos estudos de que procuraremos apresentar uma síntese. Na verdade, entre a evolução tecnológica e a estabilização das relações profissionais típicas, estende-se o vasto campo dos conflitos sociais, influenciados pelas tradições de acordos anteriores, nacionais ou mesmo locais. Um paradigma industrial é um **compromisso social**, aceito — por bem ou por mal — pelos dirigentes e trabalhadores. Além disso, esse paradigma contribui para definir e conduzir a própria evolução tecnológica. A análise prospectiva não é uma arte puramente especulativa: precisa ter suas raízes no exame das evoluções atuais.

Felizmente (pelo menos para o futurólogo), o ano de 1989 simplificou espetacularmente a situação. Em poucos meses, com a imensa e trágica (ainda que provavelmente temporária) exceção da República Popular da China, e as exceções anedóticas da Coreia do Norte, Vietnã, Cuba e Albânia, os países socialistas refluíram no sentido da aceitação explícita da superioridade das relações capital—trabalho "normais", ou seja: aquelas baseadas em firmas que produzem mercadorias e são administradas por dirigentes que alugam a força de trabalho. Hoje, pode-se dizer que é quase certo que o início do século XXI será capitalista. **Mas que capitalismo?** Essa é a questão que permanece colocada. Se é verdade que as complexas relações profissionais dos países do Leste, como as analisadas por Köllö (1990), têm fortes chances de se transformarem em curiosidades do passado, também é certo que o futuro dos antigos países "socialistas" está longe de mostrar-se definido. O seu processo de aprendizagem e de imitação pode tender a convergir para o modelo britânico, o modelo sueco ou qualquer outro tipo original de compromisso social. Porque, como nos lembra Boyer (1990), não existe consenso no seio da OCDE sobre o que seriam hoje as "formas normais" das relações profissionais capitalistas.

Além do mais, com a derrocada da "via oriental para o socialismo", todas as "vias nacionais para o socialismo" no Terceiro Mundo, da Índia à Argélia, perderam seu atrativo. As relações capital—trabalho vão certamente se apresentar ali como uma incrível mistura de formas, estendendo-se da pequena produção degenerada a modalidades quase japonesas de salariado [ver o exemplo indiano em Mohan Rao (1990)]. Mas será que as evoluções principais conduzirão a um "tipo brasileiro" "à la" Amadeo-Carmargo (1990) ou a um "tipo coreano" "à la" You (1990)? E será preciso contar com uma nova hierarquia mundial, de acordo com a escolha das nações por este ou aquele tipo de relações profissionais?

Mais uma vez, o futuro desponta como pouco determinado. Contudo existem ainda limites. As relações profissionais precisam ser **coerentes**. Antes de mais nada, devem ser coerentes consigo mesmas, isto é, entre seus diferentes aspectos: contrato salarial, organização do trabalho e reprodução social de uma força de trabalho adequadamente qualificada. Em segundo lugar, devem ser coerentes com o complexo mais amplo da vida social em pontos concretos: com os objetivos gerais e as regras de vida aceitas em comum na sociedade. Em terceiro lugar, devem ser coerentes com a macroeconomia de qualquer regime de acumulação, tanto a nível nacional como internacional. Finalmente, e não se trata da menor das condições, a situação ecológica mundial impõe, na atualidade, restrições muito fortes à generalização da maior parte dos modelos. Isso não quer dizer que, no limiar do século XXI, tais restrições venham a ser levadas em conta! Mas caso não o sejam, corre-se o risco de, na metade do próximo século, a situação fugir ao controle humano.

Todos esses condicionantes "sócio-lógicos" vão limitar a possibilidade de estabilização de novas relações profissionais. Muitas coisas podem ocorrer, mas não qualquer coisa. Poderão desenvolver-se situações desequilibradas durante algum tempo — levando, por exemplo, a um endividamento acumulativo (como o crescimento brasileiro dos anos 70 ou aquele dos Estados Unidos nos 80) —, mas não se tratará de regimes estabilizados, não podendo, portanto, a prospectiva levá-los em conta. É possível, nesse ponto de nossa reflexão, tirar algumas conclusões.

- A tecnologia oferece potencialidades, mas não determina o futuro.
- Os agentes sociais procuram escapar de uma situação de crise dos antigos acordos. Assim agindo, lutam uns contra os outros na busca de novos compromissos. A direção dessas buscas é influenciada pelo desafio colocado pela crise dos antigos compromissos. Os agentes sociais procuram **respostas** ainda não existentes para **questões** existentes. As respostas propostas pelas forças sociais, em qualquer que seja o país, dependem das tradições e da experiência locais. Resulta daí que tais respostas têm maior probabilidade de emergir em determinados países. No entanto algumas dessas respostas podem tornar-se hegemônicas a nível mundial, através de um processo de imitação das experiências melhor sucedidas.
- Todavia não se podem escolher respostas parciais "à la carte". Existem apenas alguns "menus" que são coerentes. E todos os menus não são coerentes entre si.

Essas considerações levaram-nos a adotar o seguinte procedimento. Na seção 2, iniciamos pela análise dos impasses do antigo paradigma que foi hegemônico nos países capitalistas avançados: o fordismo. As respostas disponíveis para tais impasses vão fornecer-nos alguns "menus" autoconsistentes (na verdade, selecionaremos apenas

dois). Alguns países vão aparecer-nos como estando se encaminhando tipicamente para um desses "menus". Mas isso não constitui prova de sua estabilidade futura. Na seção 3, estendemos a análise ao Leste e ao Sul. Na seção 4, consideramos os condicionantes agindo do exterior sobre os "menus" das relações profissionais: condicionantes ecológicos, sociais e macroeconômicos. Isso não reduzirá o campo dos "menus" coerentes, mas servirá para evidenciar as dificuldades e as possibilidades de sua generalização. Na conclusão, esboçamos três cenários mundiais concebíveis.

2 - Dois caminhos de saída do fordismo

Durante todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, foram dois os modelos de desenvolvimento propostos aos países em desenvolvimento: o ocidental e o "socialista". Na atualidade, este último reconheceu seu total fracasso, com a "Perestroika" constituindo ainda apenas um "slogan" e, certamente, um modelo não acabado. Enquanto isso, o capitalismo no Noroeste do Mundo viveu sua Idade de Ouro. O modelo de desenvolvimento desses anos dourados (aqui chamado de fordismo) passou por uma crise excepcional ao longo dos anos 70-80, mas ninguém acredita que se trate da "crise final do capitalismo". Pelo contrário, foram várias as reformas propostas a esse modelo e, no fim dos anos 80, todas parecem combinar-se, oferecendo resultados mais ou menos prometedores. Podemos deduzir, a partir daí, que o destino do fordismo e os caminhos de saída de sua crise serão, ainda uma vez, determinantes para o futuro das relações capital—trabalho em âmbito mundial. É o que explica nossa escolha de iniciar pelo fordismo, sua crise e suas saídas, e de estender em seguida tais considerações ao Sul e ao Leste.

2.1 - Ascensão e queda da Idade de Ouro²

Antes de mais nada, recordemos brevemente o que foi o fordismo. Como todo modelo de desenvolvimento, podemos analisá-lo em três planos.

- Enquanto princípio geral de organização do trabalho (ou "paradigma industrial"), o fordismo equivale ao taylorismo mais a mecanização. O taylorismo implica: uma separação estrita entre a concepção do processo de produção, tarefa do "bureau des méthodes" e da organização, e, por outro lado, a execução de tarefas padronizadas e formalmente prescritas a nível da fábrica. A mecanização é a forma de incorporação do saber coletivo do "bureau des méthodes" ao equipamento material (tanto em termos de "hardware" como de "software"). Segundo

² A subseção que se segue é um resumo de Glyn et alii (1988) e Lipietz (1985a, 1989a e 1989b). A subseção que se segue é um resumo de Glyn et alii (1988) e Lipietz (1985a, 1989a e 1989b).

esse princípio, supõe-se que o envolvimento dos trabalhadores não é necessário na implantação das prescrições do "bureau des méthodes".

- Enquanto estrutura macroeconômica (ou regime de acumulação ou estrutura social de acumulação), o fordismo pressupunha que os ganhos de produtividade resultantes de seus princípios de organização tinham contrapartida, de um lado, no crescimento dos investimentos financiados pelos lucros e, de outro, na ampliação do poder de compra dos trabalhadores assalariados. Resultava daí que a participação dos salários no valor adicionado e o coeficiente de capital em valor permaneciam, "grosso modo", constantes; que a taxa de lucro era, portanto, mais ou menos estável; e que os mercados para os bens de consumo e de capital expandiam-se em paralelo à produtividade.
- Enquanto sistema das regras do jogo (ou enquanto modo de regulação), o fordismo pressupunha o estabelecimento de um contrato de longo prazo da relação salarial, com limites rígidos nas demissões, e uma programação de crescimento do salário indexado aos preços e à produtividade geral. Além do mais, uma extensa socialização das rendas, por obra do Estado-previdência, assegurava uma renda permanente aos trabalhadores assalariados. A contrapartida residia na aceitação, pelos sindicatos, das prerrogativas da direção. Dessa forma, eram respeitados tanto os princípios de organização do trabalho como a estrutura macroeconômica.³

Esse modelo de desenvolvimento foi o resultado de um "achado" e de um processo de aprendizagem baseado na imitação. Os princípios tayloristas mantiveram a hegemonia durante toda a primeira metade do século. Henry Ford e J.M. Keynes popularizaram a idéia de que a demanda precisa ser levada em conta e que aquela associada aos assalariados constitui a base mais estável da demanda agregada. As lutas dos trabalhadores e as mudanças políticas dos anos 30, sob a presidência de Roosevelt e nas sociais-democracias européias, impuseram as novas regras do jogo. Os compromissos sociais do período de Roosevelt generalizaram-se na Europa libertada e no Japão vencido após a Segunda Guerra Mundial, por conta da administração do Plano Marshall e do apoio dos sindicatos americanos aos seus congêneres europeus reformistas.⁴ Essa cruzada pelo "American Way of Life" foi fortalecida pelas pressões, a nível nacional, do movimento operário europeu, que introduziram importantes melhorias no modelo (por exemplo, a construção européia do Estado-previdência segundo as linhas do relatório Beveridge).

O sucesso do modelo da Idade de Ouro era "puxado", portanto, pelos salários no mercado interno de cada país capitalista avançado tomado isoladamente. O condicionante exterior era limitado pela coincidência do crescimento nesses países, pela

³ Vemos, aqui, que o fordismo consistia em um "menu". A coexistência do taylorismo e das regras de jogo pré-fordistas na determinação dos salários levou à Grande Depressão dos anos 30.

⁴ Sobre o apoio dos sindicatos americanos a essa "política da produtividade" e seu papel em sua generalização na Europa Ocidental e Japão, ver Carew (1987).

importância restrita da expansão do comércio internacional relativamente ao crescimento dos mercados internos e pela hegemonia da economia dos Estados Unidos.

Todavia, ao final dos anos 60, a estabilidade do caminho de crescimento da Idade do Ouro foi posta em xeque. A primeira e mais evidente razão surgiu "do lado da demanda". A competitividade igualou-se entre Estados Unidos, Europa e Japão. A busca de economias de escala induziu à internacionalização dos processos produtivos e dos mercados. O aumento do preço das matérias-primas importadas do Sul (o petróleo, em especial) avivou a concorrência pelas exportações ao início dos anos 70. A regulação do crescimento dos mercados internos via política salarial viu-se então comprometida pela necessidade de equilibrar o comércio exterior.

Face a essa crise "do lado da demanda", a reação das elites internacionais foi nitidamente keynesiana. A grande idéia era coordenar (através da OCDE, Fundo Monetário Internacional, Comissão Trilateral, Reuniões de Cúpula dos Sete, etc.) a sustentação da demanda mundial. Foi essa, muito claramente, a linha adotada pela primeira cúpula econômica de Rambouillet em 1975. Verificou-se, a seguir, que as políticas efetivamente postas em prática eram subótimas do ponto de vista da demanda.⁵ Mas, pelo menos, havia consenso de que era preciso se ocupar da demanda efetiva. Na verdade, o crescimento do salário real enfraqueceu-se de forma espetacular, cada vez mais empresas "deslocalizaram" seus estabelecimentos para zonas não sindicalizadas ou passaram a subcontratar em países do Terceiro Mundo, e, ainda assim, as estruturas básicas do modo de regulação precedente foram mantidas nos países capitalistas avançados.

Não obstante, ao final dos anos 70, mudou o estado de espírito das elites internacionais do mundo capitalista. A administração da crise "pelo lado da demanda" havia certamente evitado uma grande depressão. Surgiu, contudo, um limite maior: a queda da lucratividade. Isso era devido a uma pluralidade de causas "do lado da oferta": desaceleração da produtividade, crescimento do preço total do trabalho (incluindo o salário indireto do Estado-previdência), aumento da relação capital/produto e elevação do preço relativo das matérias-primas. Nessas condições, as receitas keynesianas — tais como o aumento do salário real (por limitado que fosse) e o laxismo monetário — tinham que provocar a inflação e a erosão do valor de reserva das moedas, em especial da moeda internacional: o dólar (Lipietz, 1983). É o que explica a virada em direção às "políticas de oferta", ou seja, para as "relações profissionais", um campo que recobre determinados aspectos do paradigma industrial e do modo de regulação.

Mesmo dentro do quadro teórico aqui utilizado, os problemas "do lado da oferta" com o fordismo estão sujeitos a duas interpretações. Para alguns, de acordo com uma tradição que remonta a Kalecki, a elevação do preço relativo do trabalho e das matérias-primas foi considerado como resultado do longo "boom" da Idade de Ouro. A diminuição do lucro ["profit squeeze": Itoh (1980); Armstrong; Glyn & Harrison (1984)] surgia como o resultado da expansão precedente e da situação de pleno

⁵ Trata-se da posição bem conhecida de Ajit Singh: ver Glyn et alii (1988). A posição de Lipietz (1985a) coloca muito mais a ênfase no sucesso da economia de crédito nos anos 70.

emprego. Além disso, o Estado-previdência tinha feito baixar espetacularmente o "custo da perda de trabalho" (Bowles, 1985), podendo também isso explicar a desaceleração da produtividade.

Voltaremos a um esclarecimento complementar, mas o fato é que a análise pelo "profit squeeze" tornou-se a explicação oficial ao final dos anos 70. Os lucros estavam muito baixos porque os trabalhadores (e os exportadores de matérias-primas) eram muito fortes; isso ocorria por serem excessivamente "rígidas" as regras do jogo, o que colocava dificuldades para a reestruturação do aparelho produtivo, com o risco de serem perdidas as oportunidades oferecidas pela revolução tecnológica... Foi essa a análise proclamada pela Cúpula dos Sete de Veneza (1980), após o segundo choque do petróleo. Afirmou-se que a "primeira prioridade" era combater a inflação (mais do que o desemprego), mediante o compromisso de aumentar a produtividade, e redistribuir o capital dos setores em declínio para aqueles em expansão, do setor público para o privado e do consumo para o investimento. Firmou-se o compromisso de "evitar as medidas de proteção a interesses particulares afetados pela severidade do ajuste". Em outras palavras, deviam ser rasgados os compromissos sociais "rígidos".

Essa política de "flexibilidade liberal" foi posta em prática pelos governos do Reino Unido e, mais tarde, dos Estados Unidos, sendo finalmente seguida em muitos países da OCDE, inclusive pelo governo social-comunista francês (Lipietz, 1984). O repúdio aos antigos compromissos sociais atingiu graus diversos e foi levado avante em diferentes frentes: desde as regras de aumento salarial com base na "inflação mais produtividade" até a cobertura e extensão da seguridade social, desde a liberalização dos procedimentos de demissão até a proliferação de empregos precários. Esse processo foi imposto de maneira autoritária (governo e firmas aproveitando-se da "oportunidade" dos fracassos sindicais ou dos sucessos políticos de partidos conservadores) ou através da negociação de concessões entre capital e trabalho, em um contexto de custo crescente de perda de emprego.

Após um primeiro período de recessão, ao início dos anos 80, deu-se a retomada do crescimento a partir de 1983. No entanto tal retomada esteve fundamentalmente apoiada em uma renovação das políticas orçamentárias keynesianas (Lipietz, 1985a, 1989a), sendo difícil afirmar ter sido a mesma apenas o resultado das políticas de flexibilidade liberal. Além do mais, a experiência dos anos 80 não favoreceu as tentativas mais conseqüentes de flexibilização: Estados Unidos, Reino Unido, França... Pelo contrário, tais países experimentaram simultaneamente a desindustrialização e o aprofundamento do "deficit" de sua balança comercial de bens manufaturados. Os vencedores da competição (Japão, Alemanha do Oeste e Associação Européia de Livre Comércio) parecem caracterizar-se por uma **outra** solução à crise da oferta.

Voltemos à explicação teórica da crise do fordismo "do lado da oferta". Uma explicação alternativa ou, melhor, complementar àquela da "diminuição dos lucros em período de pleno emprego" repousa na erosão da eficácia dos princípios tayloristas. O pleno emprego pode explicar o declínio da taxa de crescimento da produtividade ao fim dos anos 60, mas não a manutenção dessa tendência, com um coeficiente de capital crescente, desde então. Mais exatamente, a eliminação de toda iniciativa por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo de produção aparece hoje como tendo uma racionalidade duvidosa. Trata-se de um bom método para assegurar à

administração o controle direto sobre a intensidade do trabalho. Todavia uma maior "autonomia responsável" por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos na produção pode levar a um princípio de organização superior, sobretudo quando se trata de pôr em prática novas tecnologias ou métodos de gestão do circuito produtivo do tipo "Just in Time", o que pressupõe o envolvimento de toda inteligência dos trabalhadores e sua cooperação amigável com a administração e os engenheiros.⁶ E foi precisamente esse o caminho alternativo escolhido por um grande número de importantes firmas do Japão, Alemanha e Escandinávia. Nesses países, a pressão dos sindicatos e de outras organizações tradicionais levou à escolha do **envolvimento negociado como solução** à crise do fordismo (Mahon, 1987).

Ao fim dos anos 80, a superioridade dessa escolha é crescentemente reconhecida, não apenas nesse segundo grupo de países, como também por livros de administração e editorialistas do primeiro grupo. É claro que o sucesso do segundo grupo na competição internacional muito favoreceu tal evolução, ainda que as dificuldades de aplicação das novas tecnologias em um contexto de "flexibilidade liberal" tenham também encorajado uma transformação nas formas de administração.⁷ Contudo, nesse ponto de nossa reflexão, a flexibilidade liberal e o envolvimento negociado parecem ser práticas que poderiam ser combinadas "à la carte". Vamos estudar agora sua coerência mútua.

2.2 - E após o fordismo, vem o quê?

A rápida revisão da história econômica recente que acabamos de empreender pode ser assim resumida:

⁶ Ver Aoki (1984, 1987). Muito antes, Andrew Friedman (1977) já havia oposto a "autonomia responsável" ao "controle direto", como duas tendências em conflito **permanente** na organização capitalista do trabalho. Nos textos de Aoki (1988), por exemplo, a oposição entre a estrutura "semi-horizantal" e a "vertical" de coordenação no trabalho está relacionada com observações mais amplas relativas à organização industrial. De forma significativa, ele inicia demonstrando a superioridade das primeiras sobre as segundas no caso da gestão do tipo "Kanban" em processos produtivos, como o das linhas de montagem de automóveis. A seguir, admite a superioridade da autonomia responsável na maior parte dos tipos de processos produtivos.

Observamos, aqui, a independência relativa das relações profissionais, não apenas face à tecnologia como também a outros aspectos da gestão interna à firma e da organização industrial. Essa independência continua sendo relativa: minha opinião é de que as novas tecnologias **acentuam** a superioridade da autonomia responsável [sem, no entanto, determiná-la "à la" Piore e Sabel (1984)]. Além disso, a autonomia responsável pode adequar-se especialmente bem às formas sofisticadas da organização industrial ("Kanban", etc.). Isso coloca-se fora do escopo do presente texto. Sobre os "menus" coerentes", cruzando relações profissionais com organização industrial, com suas conseqüências espaciais, ver Leborgne & Lipietz (1987, 1989).

⁷ Ver as citações da imprensa americana em Messine (1987), Lorino (1989) e o relatório ao primeiro ministro francês, por Riboud (1987).

- de início, uma grande atenção, depois o esquecimento "do lado da demanda", como se este tivesse perdido o interesse, dado que a internacionalização tornara a demanda ingovernável, ou porque o "boom" da segunda parte dos anos 80 tornara inútil sua sustentação;
- desenvolvimento de duas doutrinas com relação "ao lado da oferta" "flexibilidade liberal e envolvimento negociado.

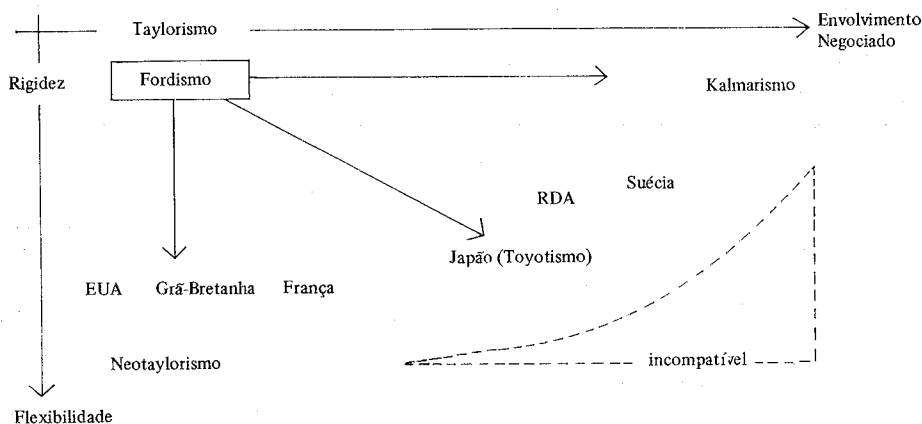
Voltaremos ao primeiro problema ao tratar da coerência macroeconômica das relações profissionais, sendo que, por ora, estamos apenas interessados "no lado da oferta". Não vamos retomar a taxinomia complexa proposta por Boyer (1990) e, sim, uma versão muito simplificada, inicialmente apresentada em Lipietz (1984). A razão dessa escolha procede do fato de ser a prospectiva um exercício por demais vago. Nossa única ambição é a de colocar em destaque os paradigmas que estão concorrendo em meio às ruínas do fordismo. Um excesso de precisão diluiria e confundiria, por um lado, as diferenças entre paradigmas concorrentes e, por outro, as variações no interior de um mesmo paradigma. E é certo que as duas doutrinas representam dois paradigmas possíveis, mas distintos (dois "menus" diferentes), ainda que, "a priori", pareça possível misturá-los de forma eclética.

Na realidade, as duas doutrinas de saída da crise da oferta podem ser vistas como dois eixos de fuga com relação às duas características das relações profissionais fordistas: o taylorismo como modo de controle direto da administração sobre a atividade dos trabalhadores e a rigidez do contrato de trabalho (Figura 1). A primeira doutrina propõe uma evolução da "rigidez" para a "flexibilidade" do contrato salarial; e a segunda, uma evolução do "controle direto" para a "autonomia responsável". De acordo com uma outra terminologia, o primeiro eixo reenvia ao "mercado externo de trabalho", à ligação entre as firmas e a mão-de-obra que busca emprego e salário. O segundo eixo reenvia ao "mercado interno de trabalho", às formas de organização e cooperação/hierarquia no interior das firmas.⁸ Sobre o primeiro eixo (externo), existem diversas dimensões relativas à rigidez e à flexibilidade, conforme já tivemos ocasião de observar. As "regras do jogo" podem incluir as de formação do salário direto, as de contratação e demissão, e as de alocação do salário indireto: o "mercado externo" constitui um mercado mais ou menos organizado. O eixo considerado é, portanto, um eixo de síntese. Além do mais, as regras podem ser estabelecidas a nível dos indivíduos, profissões, firmas, setores e sociedade.

⁸ Ver Doeringer & Piore (1971). A expressão "mercado" pode gerar confusão. Na verdade, o mercado externo de trabalho não é um verdadeiro mercado e o "mercado interno de trabalho" simplesmente não é um mercado. Contudo a oposição "interno/externo" (ou "hierarquia/mercado" "à la" Williamson (1985), como "divisão manufatureira/divisão social do trabalho", tem suas raízes em uma longa tradição estabelecida por K. Marx (1865, cap. XIV). Conforme é demonstrado em Lipietz (1979) (seguindo a tradição marxista) e em Favereau (1989) (na linha da "economia das convenções"), há fortes tendências no sentido de projetar o caráter organizado das relações internas à firma nas relações mercantis exteriores, e vice-versa.

Figura 1

Evoluções do pós-fordismo: os países capitalistas avançados



Sobre o segundo eixo, o "eixo interno", há também várias dimensões: o "envolvimento" pode significar qualificação, cooperação horizontal e participação na definição e controle das tarefas, e assim por diante.⁹ Trata-se, também aqui, de um eixo de síntese. Mas, dessa vez, por razões que ficarão evidentes em seguida, é importante levar em conta o nível da negociação do envolvimento dos trabalhadores.

- O envolvimento pode ser negociado **individualmente** e implicar a concessão de gratificações, de uma carreira, ou de qualquer outra coisa. Essa opção fica limitada pelo caráter **coletivo** do envolvimento exigido na maior parte dos processos de produção cooperativos. O envolvimento "individualmente negociado" (I na Figura 1) pode também ser ampliado para uma equipe ou uma fábrica. Isso não nos afasta muito das "práticas à incitação", sendo compatível com um contrato de trabalho flexível.¹⁰
- O envolvimento pode ser negociado **firma a firma**, entre a administração e os sindicatos (F na Figura 1). Nesse caso, a firma e sua força de trabalho comparti-

⁹ Como se percebe, a negociação do envolvimento (e o próprio envolvimento) pode implicar aspectos externos à firma, tais como a formação profissional, a participação sindical em comissões de orientação a nível interprofissional ou a nível de ramo (como nos Estados "corporativistas", tal como a Áustria, a Suécia, etc.).

¹⁰ O fato de que as práticas à incitação possam ser tratadas no quadro da teoria microeconômica ampliada constitui um indício do caráter liberal-mercantil desse tipo de relações profissionais [ver, por exemplo, Laffont & Maskin (1982)].

lham os dividendos das qualificações específicas acumuladas no decurso do processo coletivo de aprendizagem. Isso pressupõe uma rigidez "externa" do contrato salarial, isto é, limites aos direitos de demissão dos trabalhadores já contratados, não se estendendo tal compromisso, evidentemente, a pessoas estranhas à firma.¹¹

- O envolvimento pode ser **negociado a nível de ramo** (B na Figura 1), o que limita os riscos da concorrência, via "dumping" social, para as firmas, induzindo-as a compartilharem as instituições de formação profissional, etc. Resulta daí que o próprio "mercado externo de trabalho" tem grande probabilidade de tornar-se mais organizado, ou seja, "grosso modo", mais "rígido", com maior socialização dos rendimentos do trabalho.¹²
- O envolvimento pode ser **negociado a nível de toda sociedade** (S na Figura 1), com os sindicatos e as associações patronais negociando a orientação social e a distribuição do produto a nível regional ou nacional,¹³ ficando bem entendido que os sindicatos devem cuidar para que "sua gente" tenha o melhor desempenho possível na fábrica ou no escritório. Nesse caso, o mercado externo de trabalho tem grande probabilidade de ser ao menos tão bem organizado quanto nas formas mais "corporativistas" ou sociais-democratas do fordismo.

Em compensação, o envolvimento coletivo dos trabalhadores não pode aparecer se não há solidariedade de destino entre as firmas e seu pessoal, isto é, em um contexto de "flexibilidade externa", seja a que nível for. Assim, o limite da coerência entre "flexibilidade" e "envolvimento" evidencia-se como um arco de círculo entre nossos dois eixos, com um triângulo de incoerência e duas linhas privilegiadas de evolução, ou seja, dois paradigmas reais (Figura 1):

- a flexibilidade externa associada a um controle direto hierárquico. Isso traz-nos de volta uma certa forma de organização taylorista do processo de trabalho, sem as contrapartidas sociais da Idade de Ouro fordista. Chamemos esse paradigma de "neotaylorista";
- a rigidez externa do contrato de trabalho associado ao envolvimento negociado dos produtores. Denominemos esse paradigma de "kalmariano", em homenagem à primeira fábrica automobilística (Volvo) reorganizada segundo o princípio do envolvimento em um país social-democrata, a Suécia.

Voltando à experiência recente dos países da OECD, verificamos que os mesmos parecem se dispor ao longo do arco de círculo, com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha

¹¹ No quadro da análise da heterodoxia neoclássica, essa situação é levada em conta pela "teoria dos contratos" [ver, por exemplo, Aoki (1984)].

¹² Vemos, aqui, a complexidade do eixo de síntese externo "flexibilidade-rigidez". O melhor exemplo é o da "Casa integrazione" italiana, um fundo de desemprego coletivo que favorece a flexibilidade através de demissões. Outro exemplo é o da prática americana segundo a qual os trabalhadores despedidos pelas grandes firmas continuam na órbita dessas firmas, devendo ser reempregados prioritariamente pelas mesmas.

¹³ Se não até a nível internacional! O problema do espaço geográfico adequado aos paradigmas sociais é um dos mais difíceis e menos explorados [ver Lipietz (1985b), Leborgne & Lipietz (1989)]. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

privilegiando a flexibilidade e ignorando o envolvimento, com outros países introduzindo o envolvimento individualmente negociado (a França), com o Japão praticando o envolvimento negociado a nível das (grandes) empresas, com a Alemanha praticando-o em âmbito de ramo e encontrando-se a Suécia mais próxima ao eixo kalmariano. Qual é, então, o poder de atração desses eixos? A experiência dos Estados Unidos mostra que é difícil negociar o envolvimento a nível de firma em um contexto flexível liberal, ainda que o envolvimento individualmente negociado possa ali se desenvolver.¹⁴ Por outro lado, a Alemanha do Oeste surge como uma forma socialmente menos avançada do paradigma kalmariano. O Japão parece ocupar uma situação intermediária, que poderíamos denominar de "Toyotismo", com uma forte dualidade (rígida/flexível) de seu mercado externo de trabalho. Voltaremos a esse ponto ao estudar a coerência global de nossos paradigmas. Mas, antes disso, examinemos rapidamente países não pertencentes à OCDE.

3 - O Sul e o Leste: em direção a que pós-fordismo?

Ao passo que o Leste desenvolveu formas totalmente originais de relações profissionais (autodesignadas, de forma contestável, como "socialistas"), pode-se definir o Sul exatamente como o conjunto de países que não conseguiu imitar nem os modelos ocidentais, nem o modelo do Leste.

Prevalência, nos anos 60, a idéia de que o caminho mais rápido para o desenvolvimento do Sul estava na via oriental. Tal idéia decorria de duas ordens de fatores:

- o Leste caracterizava-se por um modelo de crescimento acelerado, à época inclusive mais rápido que o próprio fordismo. A União Soviética stalinista podia então ser vista como um antigo país subdesenvolvido que havia obtido sucesso, em função da superioridade de seu modo de regulação;
- o próprio Oeste parecia opor-se à industrialização do Sul. Não apenas o pacto colonial estava explicitamente baseado em uma "divisão internacional do trabalho", que reservava ao Sul a produção de bens primários, como também a dinâmica automática da livre troca reproduzia, após a independência, a mesma divisão nas relações "neocoloniais". Tal fato havia sido teorizado de forma positiva pelo teorema de Ricardo sobre as vantagens comparativas, sendo agora negativamente teorizado pela "teoria da dependência".¹⁵

¹⁴ Em uma tentativa anterior de taxionomia, Leborgne e Lipietz (1989), retomando Messine (1987), denominaram o "menu" de californiano: "flexibilidade mais envolvimento individualmente negociado". Na verdade, esse modelo californiano aparece como uma prática à incitação no interior do contexto neotaylorista cada vez que é exigido o envolvimento do assalariado, como no caso dos empregos altamente qualificados ou das funções de "interface". Messine (1987) havia proposto a expressão "saturniana" ao "menu" "contrato de trabalho rígido mais envolvimento negociado". Mas o quase-fracasso do Projeto Saturno da General Motors comprovou a dificuldade de sua implantação em uma firma isolada. Da mesma forma, seguindo a expressão de Rianne Mahon, optamos pela expressão "kalmariano".

¹⁵ Para uma crítica da teoria da dependência, ver Lipietz (1985a).

Com isso, os modelos "heterodoxos" (isto é, incluindo determinados aspectos dos modelos dos países do Leste) apareciam, inclusive nos países do Sul não socialistas, como uma via de aproximação ao Oeste. Na verdade, já existiam contra-exemplos, como a Finlândia, uma antiga parte do Império Russo transformada na atualidade em uma social-democracia pós-fordista. Mas unicamente o sucesso dos países de industrialização recente, contrastando com o fracasso dos socialismos "periféricos" (e mesmo centrais), foi capaz de alterar a opinião geral, de modo mais convincente que a retórica rostowiana. Dessa forma, é conveniente iniciar nossa análise pela Europa do Leste.

3.1 - Ascensão e queda da Idade de Ferro

A União Soviética stalinista adotou, na realidade, um modelo próprio de desenvolvimento, que poderíamos chamar de "modelo da Idade de Ferro", por comparação com o modelo fordista da Idade de Ouro (Lipietz, 1979).

- O paradigma industrial taylorista foi explicitamente importado por Lenine para a Rússia revolucionária.
- O regime de acumulação estava baseado em uma acumulação extensiva das forças produtivas, mediante a substituição de importações e sem crescimento significativo do consumo de massa.
- As regras de coordenação (ou modelo de regulação) estavam baseadas na planificação centralizada. Era nisso que residia o aspecto "socialista". A idéia (dos economistas stalinistas) era de que "a anarquia do mercado" compunha o que havia de ruim no capitalismo. Com maior "organização" e "hierarquia", a racionalidade do taylorismo seria difundida em toda sociedade.

Tratava-se, é claro, de um modelo muito eficiente em uma situação "lewisiana" (isto é, com um imenso exército de reserva constituído pelo campesinato). O taylorismo estava, assim se acreditava, bem adaptado para garantir o ingresso de novos assalariados sem qualificação no mercado de trabalho.¹⁶ A acumulação extensiva não necessita de uma grande flexibilidade, fazendo aumentar a produtividade média da economia à medida que formas industrializadas e mecanizadas de produção substituem as formas pré-industriais.¹⁷ Com um salário real crescendo lentamente, podiam ser acumulados imensos excedentes. E a organização centralizada da procura fazia desaparecer

¹⁶ Isso não é exatamente verdadeiro. O taylorismo pressupõe a preexistência de um saber social industrial a nível da administração e uma cultura da disciplina industrial a nível dos operadores. Da mesma forma, a implantação do taylorismo na União Soviética mostrou-se tão decepcionante quanto nos países em desenvolvimento. Todo processo de industrialização requereu um processo de acumulação primitiva do saber social industrial. Todavia o taylorismo pode aparecer como uma forma acelerada de sistematização desse processo.

¹⁷ Ao contrário, a acumulação intensiva de tipo fordista possibilita um crescimento regular da produtividade nos estabelecimentos existentes.

"o condicionante dos mercados", com o risco do surgimento de uma "restrição do lado da oferta" (Kornai, 1979). Quanto às relações profissionais, sua rigidez inicial estabilizou-se progressivamente em um compromisso aceitável (segundo os padrões dos anos 50): em troca de uma subordinação taylorista, foi concedida à força de trabalho industrial e terciária uma quase-estabilidade ("tenure"). Um tal "menu" (taylorismo mais estabilidade) era "primo" daquele do fordismo, donde sua similaridade e concorrência nos anos 50.¹⁸

Não obstante, novos problemas surgiram quando se esgotou o exército de reserva de trabalho lewysiano ou naqueles casos em que este nunca havia existido (como na Tchecoslováquia e na República Democrática Alemã). Conforme mostrado por Köllö (1990), a impossibilidade de organizar as relações entre as firmas no mesmo grau que as relações no seio das firmas se manifesta através de pontos de estrangulamento e desperdício. Por outro lado, a anarquia na planificação social reflete-se na desorganização das firmas. O envolvimento dos trabalhadores é desencorajado pela erosão dos ideais revolucionários, pela anarquia na organização industrial e pela ausência de qualquer incentivo, seja negativo (custo da perda de emprego), seja positivo (acesso a um nível mais elevado de consumo). O compromisso da "estabilidade com salário baixo" desponta assim como levando à estagnação.

Por distinto que seja do fordismo, o paradigma "socialista" da Idade de Ferro experimentou também uma crise "do lado da oferta". São as seguintes as principais diferenças:

- não existe crise "do lado da demanda";
- a estabilidade socialista é muito mais rígida que a do fordismo;
- a rigidez afeta todos os demais aspectos da organização industrial;
- o não-envolvimento dos trabalhadores parece ser muito mais o resultado da incapacidade verificada a nível da administração que dos excessos da "gestão científica" "à la" Taylor.

Tornou-se evidente que o modo oriental de regulação tinha necessidade de maior "flexibilidade" em sua organização econômica. Daí a opção geral dos reformistas da Europa do Leste pela autonomia de gestão das firmas. Mas o primeiro grau de liberdade reclamado pelas firmas é a liberdade de ajustar a força de trabalho às suas necessidades, tendo em conta a produtividade potencial das instalações existentes e a demanda social. Muito rapidamente, a "flexibilidade liberal" nas relações profissionais, ou seja, a flexibilidade externa e o fim da estabilidade "socialista" passou a aparecer como uma panacéia. Com dez anos de atraso em relação ao Ocidente, alguns antigos países socialistas (tipicamente, a Hungria e Polônia) passaram a correr atrás dessa nova panacéia, esquecendo a outra face do problema: a organização interna do processo de trabalho.

Como poderíamos descrever tal situação em nosso gráfico de dois eixos? No eixo horizontal, a "estabilidade" pode ser representada como um "excesso de rigidez". Mas, sobre o eixo interno (a organização), a situação mostra-se menos definida. A arbitragem

¹⁸ Sobre as origens comuns do stalinismo, fordismo e corporativismo no debate dos anos 20, ver Lipietz (1979).

situa-se menos entre "controle direto" e "autonomia responsável" que entre "controle ineficaz" e "autonomia irresponsável". Não obstante a opção de Lenine em favor do taylorismo na mobilização industrial do antigo campesinato, não obstante o slogan de Stalin de que "os dirigentes decidem sobre tudo", subsiste no Leste uma autonomia do trabalhador, devida seja a uma tradição revolucionária,¹⁹ seja a uma tradição industrial (Alemanha do Leste e Tchecoslováquia), ou, no mínimo, por conta da incapacidade da administração em organizar cientificamente um controle direto. Em nosso eixo de síntese, essa posição poderia ser colocada entre o "envolvimento negociado a nível da firma" e o "envolvimento negociado a nível do ramo", já que — conforme demonstrado por Köllö — a negociação do compromisso envolve o Ministério ao qual está afeto o setor, os diretores das empresas e os assalariados.²⁰ A partir desse ponto de partida, representado na Figura 2, o movimento irá estender-se certamente para baixo, isto é, no sentido da maior flexibilidade no contrato salarial. Todavia, abandonando o compromisso da estabilidade, chegarão os trabalhadores a negociar algum compromisso social-democrata do tipo fordista, ou serão obrigados ou induzidos a aceitar a panacéia da "flexibilização liberal"? Tal problema permanece em aberto a este nível de nossa análise... e do processo histórico.

Da mesma forma, está em aberto a situação sobre o eixo horizontal. A tendência principal por parte das novas direções "autônomas" das empresas consistirá certamente em aplicar, de fato e plenamente, os princípios tayloristas, sobretudo nos países menos avançados (Polônia, Hungria, Romênia e a maior parte da União Soviética). Mas encontrarão sérias resistências por parte dos trabalhadores qualificados no que se refere ao paradigma kalmariano, sobretudo nas zonas sob influência dos exemplos da Alemanha do Oeste e Escandinávia: Alemanha do Leste, Tchecoslováquia e Países Bálticos.

Podemos, agora, fazer uma síntese dessa discussão inicial. Face ao desafio da crise de seu paradigma industrial "do lado da oferta", os países do Leste procurarão responder superando o mais evidente obstáculo: a rigidez. No relativo a suas relações profissionais, isso significará o fim do sistema da estabilidade. E como os princípios tayloristas não chegaram ainda, nesses países, a atingir seus limites — dado que nunca foram plenamente implantados —, a atração principal residirá no "'menu' taylorismo mais flexibilidade liberal", isto é, no paradigma neotaylorista, que parece, para tais países, estar na base do sucesso do Oeste. Contudo, entre a estabilidade e a flexibilidade total do contrato salarial, podem também adotar um meio termo mais prudente, seja buscando o velho "menu" fordista (que não esgotou ainda suas possibilidades no Leste), seja procurando alguns outros "'menus' de envolvimento" do tipo kalmariano. A História decidirá entre a tendência principal e essas duas possibilidades esboçadas, de acordo com as restrições que discutiremos mais adiante.

¹⁹ Esse ponto coloca a difícil questão do apoio de uma aristocracia operária ao soviétismo. Não se deve reduzir o stakhanovismo a uma simples alienação, mesmo nos países em que o "socialismo" foi importado pelo exército soviético, como na Polônia (ver o grande filme de A. Wajda, *O Homem de Ferro*).

²⁰ Poderia ser aqui útil uma formalização em termos da dupla relação "principal/agente".

3.2 - Dois gigantes rurais com ilhas industriais

Em nossa amostra (aquela do Programa WIDER), China e Índia representam os países do Sul que adotaram com maior aproximação o modelo de desenvolvimento da União Soviética. A grande diferença em relação aos países do Leste Europeu reside no tamanho de seu campesinato: cerca de um terço da população mundial. E a grande diferença entre a China e a Índia consiste na espetacular revolução agrária promovida pela primeira.

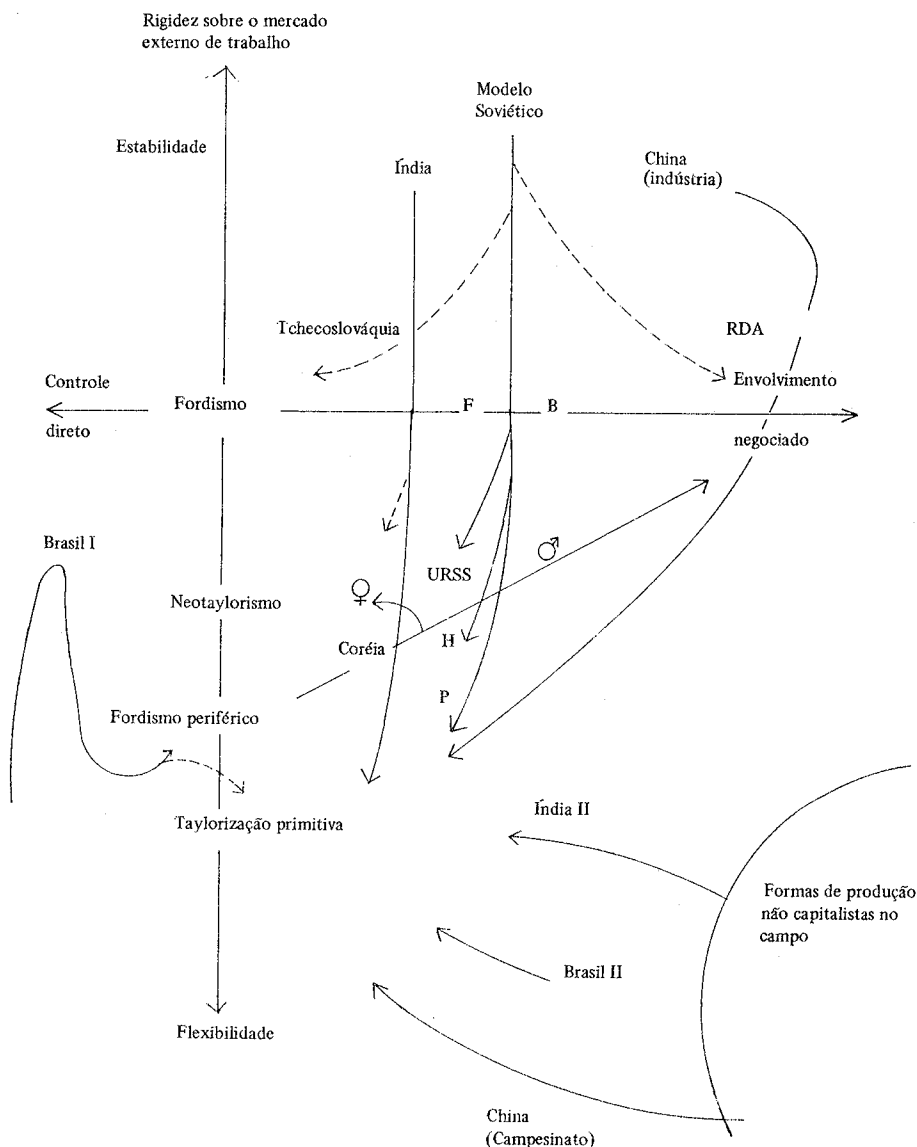
A China foi beneficiada por uma reforma agrária e uma organização estrita de seu mundo rural. Como resultado, até recentemente, não havia experimentado um êxodo maciço em direção às cidades. Tratava-se de um tipo de situação "lewisiana escondida", com uma penúria artificial de trabalhadores urbanos, dedicado a uma estratégia quase soviética de acumulação extensiva, orientada pela substituição de importações. Tal estratégia foi levada avante pelo maoísmo até uma quase-autarcia. Além do mais, o Grande Salto à Frente e a Grande Revolução Cultural Proletária podem também ser compreendidos como as primeiras tentativas de fazer a crítica do "capitalismo" (na verdade, do taylorismo) "do lado da oferta", enquanto sistema de controle hierárquico direto. Foram também registradas tendências no sentido de formas de descentralização da planificação da demanda e da produção social através das Comunas Populares. A China realizou, portanto, a experiência de um tipo de "revolução microeconômica na revolução" (Riskine, 1990).

O sucesso dessa revolução microeconômica e dessa revolução na gestão foi duvidoso, ainda que o fracasso seja menos evidente do que o alardeado pelo vencedor da contra-revolução de 1975, Deng Xiaoping. Após uma primeira tentativa de retornar aos princípios stalinistas estritos, o regime de Deng foi o primeiro no mundo socialista (juntamente com a Hungria) a reconhecer seus impasses organizacionais e a reintroduzir a flexibilidade, não somente nas fábricas como no campo. As tentativas maoístas de envolver os trabalhadores na gestão das firmas e das comunidades locais foram destruídas, e tudo que restou foi uma cultura da iniciativa local a nível da administração. As reformas liberais revelaram a situação "lewisiana" no campo. O empresariado (no seio ou no exterior da propriedade do Estado) viu-se, assim, dotado de uma força de trabalho muito flexível — extremamente mal paga, mas com um considerável "custo de perda do emprego" — e de um regime extremamente autoritário. São essas as condições do que denominamos mais adiante de "taylorização primitiva", um modelo experimentado nos anos 60-70 pelos países de industrialização recente do Leste Asiático.

De fato, na metade dos anos 80, a China — e especialmente suas províncias costeiras — convergia claramente para este último modelo. Mas o fracasso da revolta de Tien-An-Men (1989) bloqueou tal evolução, revelando a força dos antigos princípios organizacionais e fazendo lembrar o caráter necessariamente repressivo da taylorização primitiva. A tendência principal permanece a mesma, mas a participação da classe operária no próximo movimento político poderá provocar inflexões surpreendentes.

Na Figura 2, a trajetória da China pode ser representada da seguinte maneira. Partindo do modelo soviético e após um desvio no sentido do envolvimento sobre o eixo "interno", a China industrial precipitou-se para baixo, em direção à taylorização primitiva, sendo representada abaixo do neotaylorismo (posto que a situação dos trabalhadores mostra-se aí pior do que nos sonhos mais extremistas dos "supply-siders" liberais). Além do mais, o campesinato foi deslocado para o trabalho industrial diretamente através do paradigma da taylorização primitiva.

Figura 2



Na Índia, não houve, pode-se assim dizer, reforma da propriedade, não tendo também o país experimentado nunca um "socialismo de Estado", nem tendo conhecido um verdadeiro planejamento centralizado. E, no entanto, muitos traços do modelo soviético são visíveis em sua história industrial após a independência. A política de substituição de importações dirigida pelo Estado encorajou o desenvolvimento de uma importante estrutura terciária e industrial orientada para o mercado interno, tendo os assalariados se beneficiado do princípio da estabilidade [o departamento I, de acordo com Mohan Rao (1990)]. Esses trabalhadores encontravam-se menos envolvidos do que nos países socialistas e, contudo, não estavam propriamente taylorizados.

A grande diferença com relação à China reside na permanência de um fluxo de taylorização primitiva de trabalhadores excluídos das relações pré-capitalistas ou integrados nas relações capitalistas através de algumas formas do "putting-out system": o departamento II segundo Mohan Rao (1990). Assim, surgiu um segundo arquipélago de relações salariais industriais no oceano da Índia rural. Por razões culturais e históricas,²¹ a taylorização não atingiu o grau de controle absoluto exercido por um "bureau des méthodes" (que praticamente nem existia). Na Figura 2, esse processo é representado por uma flecha deslocando-se de baixo para a direita no diagrama capital—trabalho.

A corrente de liberalização econômica dos anos 80 conduzirá provavelmente as relações profissionais na Índia para formas clássicas de taylorização primitiva. Com a abertura à concorrência internacional, o departamento II será levado a formas aprofundadas de controle direto, sem melhoria sensível do salário real ou da legislação social. O princípio da estabilidade deveria ser abandonado no departamento I, mas existem possibilidades de que a fração privilegiada da força de trabalho possa negociar uma flexibilidade liberal limitada, bem como contrapartidas sociais de tipo fordista à racionalização do processo de trabalho.

²¹ Na Europa, a forma clássica de transição dos modos pré-capitalistas ao capitalismo foi a seguinte: de início, o "putting-out system", em que os artesãos são integrados por encomendas regulares do capital mercantil, depois a reunião de artesãos assalariados no mesmo estabelecimento, seguido da divisão do trabalho no interior das fábricas, até o taylorismo. Em termos marxistas, a subordinação formal do trabalho ao capital precede sua subordinação real. Além do mais, Marglin (1990) afirma que a resistência dos trabalhadores indianos ao taylorismo reflete uma resistência cultural à separação ocidental entre aspectos intelectuais e manuais do trabalho ("technè versus epistèmè"). Na Figura 2, isso é expresso pela forma da flecha que vai das formas não capitalistas de produção à taylorização primitiva, a qual se desloca inicialmente na horizontal para a esquerda, através de formas organizacionais não tayloristas (por exemplo, artesanais). Uma transição mais "vertical" (diretamente para o taylorismo) mostra-se também possível nos países de industrialização recente e na China.

3.3 - Para onde vão os novos países industrializados?

Dois exemplos de novos países industrializados são considerados em nossa amostra: o Brasil e a Coréia do Sul. E, de fato, estes são dois países industrializados importantes na atualidade. Dois aspectos de seus modelos de desenvolvimento foram examinados em outra obra, sob os títulos de "taylorização primitiva" e "fordismo periférico" (Lipietz, 1985a).

- **A taylorização primitiva** (ou sangüinária). Esse conceito aplica-se ao caso da "deslocalização" de segmentos restritos de ramos industriais em formações sociais com taxas de exploração muito elevadas (no relativo aos salários, à duração e intensidade do trabalho, etc.), sendo os produtos principalmente reexportados para os países mais avançados. Durante os anos 60, as zonas francas da Ásia foram uma das melhores ilustrações dessa estratégia, a qual hoje se dissemina. É preciso chamar atenção para duas características desse regime. Em primeiro lugar, as atividades são principalmente taylorizadas, ainda que relativamente pouco mecanizadas. A composição técnica do capital nessas firmas é especialmente baixa. Assim, essa estratégia de industrialização evita um dos inconvenientes da estratégia de substituição de importações: o custo da importação de bens de capital. Por outro lado, dado que mobiliza uma força de trabalho majoritariamente feminina, incorpora todo o "savoir-faire" adquirido através da exploração patriarcal doméstica. Em segundo lugar, essa estratégia é "sangüinária", naquele sentido de Marx quando fala da "legislação sangüinária" nas origens do capitalismo inglês. À opressão ancestral das mulheres acrescenta todas as armas modernas da repressão antioperária (sindicalismo oficial, ausência de direitos sociais, prisão e tortura dos opositores).

- **O fordismo periférico**. Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo "periférico", no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a esses países. Além disso, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo local das classes médias, de consumo crescente de bens duráveis por parte dos trabalhadores e de exportação a baixo preço para os capitalismos centrais.

O Brasil iniciou sua industrialização mais precocemente e com maior sucesso que a Índia. A reforma agrária foi ali tão limitada quanto na Índia, e a oferta de um exército de reserva de trabalho foi lewisiana. Desde o período Vargas (durante a Segunda Guerra Mundial) e ao abrigo de uma legislação social de tipo corporativista (não totalmente estranha aos princípios fordistas), o capital nacional pôs em prática uma política de substituição de importações — conduzida pelo Estado — no setor urbano. Todavia duas características decisivas estabelecem a diferença. Antes de mais nada, o Estado desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que protegia seu mercado interno com relação às importações, não hesitou — sob Juscelino Kubitschek — em abrir suas portas ao capital do Noroeste e à sua tecnologia. Mais tarde, o golpe de estado militar de 1964 suprimiu efetivamente os benefícios sociais da legislação de Vargas (precisamente em função do medo de um "poder sindical" sob a presidência de Goulart). Em conse-

qüência, a "organização científica do trabalho" desenvolveu-se tendo apenas como limite a dependência tecnológica, tendo a repressão sangrenta do sindicalismo oferecido uma força de trabalho "flexível" ao capital. Ao final dos anos 60 e durante os primeiros anos dos 70, o Brasil desenvolveu uma indústria muito competitiva, completou sua substituição de importações e aumentou suas exportações industriais.

Tudo isso levou a uma taylorização primitiva. No entanto o Brasil não se comprometeu claramente com uma simples estratégia de substituição de importações. Os bens de capital continuaram sendo pagos principalmente pela exportação de bens primários e pelo endividamento. Os benefícios da taylorização primitiva foram reinvestidos no desenvolvimento de um fordismo periférico dualista. Uma fração da população (a nova classe média) estabeleceu-se em um quadro de vida quase fordista, com os assalariados beneficiando-se, durante a segunda metade dos anos 70, do crescimento da produtividade resultante da mecanização e da racionalização. Essa fração compreendia a maior parte do setor formal (Amadeo & Camargo, 1990), mas nem **todo** o setor formal, ainda que incluísse a maior parte da classe operária, a qual havia reconquistado, ao final dos anos 70, alguns dos benefícios garantidos pela legislação de Vargas. Por outro lado, um imenso setor do assalariado continuou excluído dos benefícios do "milagre brasileiro": os ex-camponeses "lewisianos", os trabalhadores do setor informal e aqueles do setor formal mal remunerados pelas pequenas firmas.

A crise da dívida explodiu nos anos 80, chegando a democracia depois. A situação resultante mostra-se bastante complexa. Por um lado, a democratização aumentou o poder de negociação dos trabalhadores e suas garantias legais. Por outro, a superinflação diminuiu a capacidade de controlar a evolução de seu salário real. Os conflitos de distribuição ocuparam a primeira cena dos conflitos industriais. As relações profissionais não puderam se estabilizar nessa tempestade permanente envolvendo o exército de reserva "lewisiano" marginalizado, o setor informal e os diferentes níveis do setor formal. Nessa situação caótica, são três as possibilidades que se abrem para o futuro do Brasil: retorno à taylorização primitiva, consolidação do fordismo periférico e, inclusive, evolução para o fordismo, com desenvolvimentos locais apontando para aspectos kalmarianos.

Comparativamente, a revolução de 1985-87 na Coréia do Sul herdou uma situação bem mais favorável. Em suas origens, está a reforma agrária dos anos 50, prosseguida com base na sustentação da renda camponesa. A taylorização primitiva na Coréia não ficou sob a pressão permanente de um exército de reserva "lewisiano". Toda a força de trabalho foi empregada através de um contrato de trabalho flexível, mas foi formalmente empregada. Além do mais, o Estado teve o cuidado de planejar cuidadosamente a capacidade de exportação, de modo a garantir os reembolsos da dívida. As mulheres conviveram com uma terrível superexploração, especialmente no setor exportador, ainda que a renda das famílias populares tenha crescido ao longo da década dos 70 e acelerado tal expansão nos 80. Dessa forma, a Coréia apresentou uma transição da taylorização primitiva ao fordismo periférico. Mais ainda, na fração masculina da classe operária, o patriotismo de empresa desenvolveu-se de forma tal que prenunciava a imitação de determinados aspectos do envolvimento negociado a nível da firma, à maneira japonesa (You, 1990).

É provável que a democratização encorage essas tendências, uma vez que não existe mais o condicionante da dívida (se bem que ainda se coloque o condicionante da competitividade). A Coréia poderia então evoluir para uma forma cada vez menos periférica de pós-fordismo. Não obstante seria sempre uma forma dualista, com as relações profissionais diferindo segundo os sexos: negociação do envolvimento a nível da firma para os homens e neotaylorismo para as mulheres. Nesse exemplo, despontam muito claramente as condições de coerência externas às relações profissionais. Discutiremos agora esse aspecto.

4 - Problemas de coerência do pós-fordismo

As relações profissionais definem apenas uma parte dos modelos de desenvolvimento concebíveis. As relações capital—trabalho estão, portanto, sujeitas a outros condicionantes além daqueles que ali se desenvolvem. Os macroeconomistas reconhecem correntemente a existência de um condicionante da demanda e de um condicionante internacional. Os especialistas de ciências políticas acentuam a necessidade de uma legitimação da ordem social. Mais recentemente, os condicionantes ecológicos passaram a apresentar-se como sendo da maior importância. Iniciemos por estes últimos.

4.1 - Os perigos do produtivismo

O desenvolvimento capitalista não apenas "degradou o trabalho" até o paroxismo taylorista (Braverman, 1974). Temos consciência, na atualidade, do quanto ele explorou a natureza, de acordo com a profecia de Marx (e isso também é válido para o capitalismo de Estado do Leste). Na verdade, os compromissos capital—trabalho foram transferidos, nos dias atuais, para a natureza, ou seja, para a conta das gerações futuras. O buraco na camada de ozônio e o efeito estufa são consequências do grande "boom" industrial da Idade de Ouro. A retomada do crescimento econômico nos anos 80 fez aumentar a frequência das catástrofes industriais, ao mesmo tempo em que agravava a crise ecológica planetária. No presente, os limites de qualquer modelo produtivista são claramente percebidos, a níveis local e global, sendo crescentemente reconhecida a necessidade de os futuros modelos de desenvolvimento serem "sustentáveis", isto é, ecologicamente coerentes.²²

²² Sustentável ("sustainable") é o termo adotado para "ecologicamente coerente a longo prazo" no relatório sobre o meio ambiente à Comissão das Nações Unidas, coordenado por Gro Brundtland (1987).

Contudo a força dessa percepção difere conforme os casos, motivo pelo qual os limites ecológicos não são também identificados como limites reais aos futuros modelos. É verdade que os perigos locais são cada vez melhor percebidos e rejeitados, mesmo pelos trabalhadores cujos empregos estão na sua origem. Os efeitos da combinação de práticas individuais não ecológicas são identificados e rejeitados quando se concentram em um espaço definido, como em Los Angeles, na Holanda e, mesmo, em um país recentemente industrializado como Taiwan. Não obstante os efeitos globais (por exemplo, o efeito estufa) resultantes de um modelo de consumo herdado de compromissos fordianos podem ser ignorados durante um certo tempo. Os limites ecológicos são, portanto, ao mesmo tempo absolutos e vagos. A humanidade pode escolher modelos não sustentáveis até a primeira terça parte do século XXI. A concentração local ou regional de danos ao meio ambiente encorajará o desenvolvimento de movimentos sociais em oposição a esses modelos, ainda que, em muitos casos, as vítimas locais possam vir a ser criticadas por residentes, bem mais culpados, de outras regiões!²³

Admitindo o desenvolvimento de movimentos ecológicos no mundo inteiro (e esse é o caso no Oeste, no Leste e menos claramente no Sul), o caráter "sustentável" vai tornar-se um fator de legitimação para os futuros compromissos capital—trabalho. Caso isso se confirme, podemos supor que, desde que sejam negociadas, as contrapartidas dos ganhos de produtividade serão concedidas muito mais sob forma de aumento do tempo livre do que de crescimento do poder de compra (como no fordismo). Essa solução prevalecerá nas formas mais socializadas do compromisso kalmariano.²⁴ Uma solução menos radical, baseada no reparo aos danos causados ao meio ambiente e a cargo de indústrias ecológicas, será, ao contrário, privilegiada pelas classes dominantes superconsumidoras ligadas ao neotaylorismo, fazendo assim aumentar o valor dos bens de consumo, em detrimento das camadas mais pobres da sociedade. Nos países do Leste e do Sul, existe algum risco de a manutenção do movimento ecológico ser ignorada, sobretudo se o condicionante muito mais imediato da dívida pesar fortemente.

Podemos concluir que, desde que os condicionantes ecológicos sejam levados em conta — e esse pode ser o caso sobretudo nos países desenvolvidos, que não precisam enfrentar maiores restrições financeiras e onde a crise ecológica já é claramente perceptível —, então deverão ser favorecidos os compromissos capital—trabalho baseados no aumento do tempo livre e das formas socializadas de serviço público e, portanto, das relações profissionais de tipo kalmariano. Essa conclusão não se aplica, infelizmente, aos países menos desenvolvidos ou aos países capitalistas avançados onde as ideologias individualistas são muito fortes.

²³ Os editorialistas do Norte criticaram recentemente os brasileiros pelo incêndio da Amazônia. Contudo a contribuição anual da França (40% da população brasileira) ao efeito estufa mundial excede em 20% a contribuição brasileira total.

²⁴ Quando os sindicatos fortes levam em conta os "recém-chegados", incluem a redução do tempo de trabalho em suas metas, de forma a combater o subemprego e melhorar a qualidade de vida. Ver a estratégia do sindicato alemão I.G. Metall.

4.2 - O problema da coesão social

É claro que os modelos de desenvolvimento baseados nas relações profissionais kalmarianas pressupõem que o "savoir faire", a educação e a cultura sejam compartilhadas por todos os cidadãos, implicando, portanto, uma distribuição preferencialmente igualitária da renda e dos poderes, com um serviço público bem organizado e qualificado nas áreas de ensino e saúde (Lipietz, 1989b; Mahon, 1989 e Mathews, 1989). Ao contrário, as relações profissionais neotayloristas pressupõem uma polarização das qualificações, da renda, da propriedade e do acesso à saúde e à educação. Os modelos de desenvolvimento baseados em tais relações profissionais são, portanto, uma fonte maior de conflitos do que os precedentes. No seio de uma ordem democrática liberal, surgem sérios problemas de coesão nesses últimos modelos, que apenas podem ser resolvidos com base em especificidades políticas e culturais nos espaços onde se desenvolvem.

De fato, o paradigma neotaylorista tem mais possibilidades de desenvolver-se onde prevalecem as ideologias individualistas e onde a população assalariada encontra-se dividida. Essa conclusão permanece válida mesmo quando o envolvimento dos trabalhadores é negociado firma a firma. É o que Aoki (1988) chamou de "o dilema da democracia salarial". Nesse caso, os excedentes de produtividade são específicos à firma, e a sua quase-renda mantém-se apenas enquanto ela conservar uma competitividade diferencial relativamente às suas concorrentes. As compensações negociadas (em termos de salários mais elevados, redução do tempo de trabalho ou emprego vitalício) permanecem limitadas por essa quase-renda. Nessas condições, os assalariados e a administração participantes do compromisso reencontram-se como aliados contra os "recém-chegados" e os concorrentes. Isso tende a consolidar uma "aristocracia dos assalariados" [ou uma "yeomen democracy", na versão de Piore & Sabel (1984)] na cúpula de uma hierarquia meritocrática, generalizada a toda sociedade, que pode ser inerente à cultura nacional.²⁵ Essa hierarquia pode transformar-se em uma estrutura totalmente dualista (envolvimento negociado/neotaylorismo), em especial quando entram em cena diferenças de sexo, como no Japão ou na Coreia, ou diferenças étnicas, como na Alemanha do Oeste [ver Walraff (1986)].

Em suma, o paradigma kalmariano pode prevalecer quando é forte o movimento dos assalariados, quando leva em conta o interesse de toda população assalariada, quando aceita se envolver na dialética da luta e do acordo com a administração, inclusive no domínio da organização e produção, e quando é forte a consciência feminista. Quando o assalariado está dividido por tradições aristocráticas, por discriminações de sexo ou étnicas, e quando a administração e os sindicatos têm uma longa tradição de oposição recíproca (como no caso da França, Estados Unidos e Reino

²⁵ Talvez seja esse o caso com o confucionismo no Japão e na Coreia.

Unido), o neotaylorismo ou qualquer configuração dualista têm maior oportunidade de desenvolver-se.²⁶

No relativo ao Sul, o segundo grupo de condições está mais freqüentemente reunido, e o neotaylorismo levará amplamente a melhor durante um certo tempo. Nos países mais avançados (Brasil, Coréia), muita coisa vai depender da capacidade de o movimento operário superar suas divisões intersetoriais, raciais ou de sexos.

A situação na Europa do Leste é ainda mais complicada, visto ter ali existido um movimento operário oficial, oficialmente em favor da igualdade de qualificações e de rendimentos e pregando também oficialmente o envolvimento coletivo dos trabalhadores na gestão das firmas. Mas... no espírito da população assalariada, esse movimento operário está associado à hipocrisia e à opressão! As lutas ideológicas e políticas serão ali da maior importância. Ou, então, o fiel da balança na busca pela liberdade chegará a transformar-se em uma devoção ao liberalismo individualista e, no referente às relações profissionais, até ao neotaylorismo. Esse parece ser o caso na Polônia e na Hungria, sendo que a situação de endividamento desses países, tratada com base nas receitas do Fundo Monetário Internacional, encorajará tal evolução. Ou, ainda, serão colocados obstáculos a essa tendência, com base em tradições mais profundas, enraizadas, às vezes, na religião ou na recordação de um movimento operário pré-stalinista. Nesse caso, poderá desenvolver-se uma alternativa favorecendo um modelo mais solidário e ecológico, baseado em relações profissionais kalmarianas. Há ainda possibilidades de que tal evolução englobe a Alemanha do Leste, Tchecoslováquia e Países Bálticos.

4.3 - Os condicionantes macroeconômicos

Os condicionantes macroeconômicos são bem conhecidos dos economistas. Aliás, representam o aspecto mais lógico da análise prospectiva. Podemos, portanto, ser muito sintéticos. Antes de mais nada, todo modelo de relação capital—trabalho deve ser uma fonte de lucratividade, em seguida deve ser competitivo, e, em terceiro lugar, a demanda deve igualar a oferta.

Do primeiro condicionante resulta que, quando é preciso reservar uma grande parte do excedente para o serviço da dívida, há pouca possibilidade de negociar o envolvimento, visto que o salário deve ser mantido tão baixo quanto possível. A existência de um condicionante da dívida leva, portanto, ao neotaylorismo. Em função da segunda razão, os países que já estão comprometidos com o neotaylorismo — e que, por esse motivo, são menos produtivos que aqueles que praticam

²⁶ Em função de uma decorrência ampliada do "dilema da democracia salarial", pode-se contar com um efeito reação da superioridade do paradigma industrial adotado em um único país, com base na atitude "aristocrática" dos sindicatos desse país. O movimento operário britânico desenvolveu no passado uma tal atitude, depois a AFL-CIO nos Estados Unidos fordista, não obstante as origens da CIO [ver Davis (1986)], e poderia ser este, na atualidade, o caso do Japão.

o "envolvimento" — são igualmente prejudicados na busca de um melhor compromisso capital—trabalho. Disso resulta que, em nossa amostra, os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Brasil e Europa do Leste terão muita dificuldade em evoluir para paradigmas kalmarianos. Em compensação, pode-se considerar que a Escandinávia, Alemanha do Oeste, Japão e Coréia ingressam sob os melhores auspícios no século XXI.

No relativo à demanda, o paradigma kalmariano oferece muito maiores possibilidades de regular a demanda interna que o neotaylorismo. Ao contrário, este último está associado a um ciclo de períodos de superaquecimento (com elevação dos lucros e rendas da fração superior da sociedade) e de períodos de depressão (devidos a um excesso de investimento ou a políticas de desaquecimento). É o retorno, em grande estilo, do ciclo dos negócios, em contraste com o caminho muito mais regular do fordismo.

A grande questão que fica em aberto refere-se à possibilidade de uma combinação dos dois modelos em um mesmo espaço de livre troca, como o representado pela Comunidade Econômica Européia (CEE). É possível supor que, nos ramos intensivos em trabalho, o neotaylorismo possa levar a melhor sobre o envolvimento negociado, sempre que o salário seja suficientemente baixo. Então, por transposição do teorema de Ricardo sobre as vantagens comparativas, as nações ou regiões tenderão a especializar-se nos ramos em que se encontram comparativamente melhor "dotadas", seja em termos de flexibilidade (e em salário baixo), seja em termos de envolvimento negociado. Nesse caso, o nível agregado da demanda estará limitado pela concorrência com base no salário, dada a coexistência de regiões de "baixos salários — baixo envolvimento" e de regiões de "altos salários — elevado envolvimento". Quanto maior for a possibilidade de praticar o "dumping" social" nas regiões neotayloristas, tanto menores serão as ilhas de democracia salarial.²⁷

É claro que uma maneira muito simples de limitar o "dumping" social encontra-se no protecionismo, quer através de uma taxa de câmbio baixa, quer através de obstáculos explícitos ou implícitos às importações. O Japão e a Coréia utilizam essas duas receitas há muitas décadas. A CEE não se encontra totalmente aberta à concorrência dos países de industrialização recente, tendendo os EUA a sê-lo cada vez menos. Uma vez admitido ser injusto praticar o protecionismo contra um grupo de países e, ao mesmo tempo, insistir em que o mesmo pague suas dívidas, um protecionismo razoável apareceria como uma maneira de preparar o caminho para compromissos sociais melhores que aqueles oferecidos pela livre troca. Mas é preciso ter presente que ele apenas prepara esse caminho!

²⁷ Trata-se de uma nova consequência do paradoxo de Aoki. Em relação ao exemplo da Comunidade Européia, ver Leborgne e Lipietz (1989).

5 - Conclusão prospectiva

O paradigma hegemônico nas relações profissionais após a Segunda Guerra Mundial, o fordismo, encontra-se presentemente esgotado. Foi tal a sua força que, durante 20 anos, marginalizou o Sul e os países do Leste do comércio internacional de bens industriais. Ele garantia a combinação de um mercado de trabalho externo "rígido" com as convenções coletivas, o Estado-previdência, a legislação social e um "controle direto" sobre uma força de trabalho semiquualificada, exercido pela administração no processo de trabalho.

Face ao desafio colocado pelo declínio da taxa de crescimento da produtividade, a administração reagiu nos anos 60, segundo dois eixos de ação: relaxar a característica de rigidez do fordismo ou deslocar-se do controle direto para o envolvimento negociado com os trabalhadores. Essas duas linhas de evolução são mutuamente incompatíveis quando aplicadas à mesma força de trabalho. A partir daí, emergiram dois paradigmas principais nos anos 80. Por um lado, o **neotaylorismo** pode ser definido como um retorno às formas pré-fordistas de flexibilidade da força de trabalho, com salários mais baixos, maior risco de perda de emprego e um controle direto, por parte da administração, sobre a utilização de tecnologias mais ou menos modernizadas. Inversamente, o **envolvimento coletivamente negociado** pode ser definido como o comprometimento da força de trabalho na luta pela qualidade, produtividade e melhoria das novas tecnologias, em troca de garantias sociais e da repartição dos ganhos de produtividade. Os dois paradigmas podem coexistir na mesma sociedade quando o envolvimento é negociado firma a firma, ainda que as maiores realizações sociais sejam alcançadas quando o envolvimento é negociado a nível de toda sociedade: é o que chamamos de "kalmarismo". Estados Unidos, Reino Unido e França encaminham-se na primeira direção; Escandinávia e Alemanha do Oeste, na segunda; e o Japão representa um claro exemplo de dualidade.

Ao final dos anos 80, o segundo paradigma parece ter ultrapassado o primeiro nos países capitalistas avançados. Enquanto isso, as relações administração—trabalhadores de tipo soviético, caracterizadas por uma extrema rigidez do mercado externo, encontram-se também esgotadas. Os países do Leste hesitam entre os dois paradigmas ocidentais, se bem que o neotaylorismo parece exercer a mais forte atração. Isso também é válido para o Sul, com exceção dos países de industrialização recente que mais avançaram, em especial a Coreia.

Quais foram e quais serão os principais fatores determinantes dessas trajetórias nacionais? O condicionante da dívida e da competitividade a curto prazo, a divisão do movimento operário, as tradições do individualismo ou da hierarquia social e as divisões raciais ou de sexo na sociedade irão encorajar o primeiro paradigma ou as combinações dualistas. A preocupação social com a ecologia, a igualdade, a solidariedade, os direitos iguais entre os sexos e as origens étnicas, bem como a preferência pela estabilidade macroeconômica e a existência de sindicatos fortes e universalistas irão encorajar o paradigma kalmariano, sobretudo quando a competitividade da economia já estiver assegurada.

Vários são os cenários que podem ser imaginados a nível internacional. A tendência à hegemonia do paradigma neotayloriano era, indiscutivelmente, o sonho dos dirigentes

anglo-saxões e das administrações Reagan e Thatcher. Mas o paradigma kalmariano demonstrou sua superioridade no aproveitamento das novas tecnologias. Por outro lado, parece pouco provável que possa marginalizar o neotaylorismo a nível mundial, da mesma forma que o fordismo já o fez no passado com relação a todas as demais formas industriais. O cenário mais provável é o de **formação de uma nova economia-mundo hierarquizada**. Esta não oporá mais um centro fordista industrial a uma periferia produtora de matérias-primas, mas se apresentará, **de fato**, como uma nova divisão internacional do trabalho industrial. As economias centrais serão aquelas que terão adotado o compromisso kalmariano para a maior parte de sua produção, com uma possibilidade de dualismo interno (kalmarismo e neotaylorismo), segundo, por exemplo, a oposição entre sexos. Esses países deverão dedicar-se às tecnologias de ponta e à produção pouco intensiva em mão-de-obra de baixa qualificação. A periferia estará composta de economias organizadas segundo o paradigma neotaylorista e estará dedicada às atividades banalizadas e intensivas em mão-de-obra.

Nessa nova hierarquia industrial mundial, algumas antigas economias centrais poderão transformar-se em semiperiféricas, como a Grã-Bretanha, a França e, inclusive, numerosos estados dos Estados Unidos da América. Ao contrário, Japão e Alemanha do Oeste consolidarão sua posição no centro, juntamente com outras antigas economias centrais, como a Suécia, e algumas antigas periferias evoluídas, como a Coreia, que repetiria a trajetória da Finlândia. Uma parte da Europa do Leste poderá ser envolvida nesse processo, enquanto o resto será integrado como periferia em uma economia-mundo unificada.

A proporção entre o centro e a periferia continua sendo um problema em aberto. Quanto mais significativa for a parte neotaylorista da economia mundial, mais instável será sua macroeconomia, menores serão os benefícios das contrapartidas sociais ao envolvimento dos trabalhadores — mesmo nos países kalmarianos — e maior será a ameaça ecológica. Não se deve ficar surpreso constatando que o redator desta conclusão manifeste preferências pela generalização progressiva das relações profissionais kalmarianas. Isso envolverá não apenas lutas sociais em âmbito nacional como também o estabelecimento de uma ordem econômica internacional em oposição ao "dumping" social e ecológico (Lipietz, 1989a).

A Humanidade abandonou, por ora, o sonho de um desenvolvimento não capitalista. No limiar do século XXI, resta-lhe ainda fazer a escolha entre vários tipos de capitalismo, baseados em diversas formas da relação capital—trabalho. Essas escolhas terão efeitos sociais em todos os países, na democracia e na ecologia. As relações profissionais não afetam apenas os sindicatos e os especialistas da administração. Elas concernem a todos os movimentos sociais que trabalham em prol de nosso futuro comum.

Bibliografia

- AMADEO, E. & CAMARGO, J. M. (1990). *Capital-labor relations in Brasil*. /s.n.t./ (Projeto WIDER).
- AOKI, M. (1984). *The cooperative game theory of the firm*. Oxford, Clarendon.

- (1987). Horizontal vs. vertical structures of the firm. **American Economic Review**, Nashville, American Economic Association. Dec.
- (1988). A new paradigm of work organization and coordination: lessons from Japanese Experience. In: MARGLIN & SCHOR, ed. /s.l./ ONU/WIDER Working Papers, /s.l./
- ARMSTRONG, P., GLYN, A & HARRISON, J. (1984). **Capitalism since World War II**. Londres, Fontana.
- BOYER, R. (1986). **Capitalismes fin de siècle**. Paris, PUF.
- (1990). **Capital-labor relations**. In: OECD countries: past, present, and future. /s.n.t./. (Projeto WIDER).
- BOWLES, S. (1985). The production process in a competitive economy: Walrasian, Marxian and Neohobbes models. **American Economic Review**, Nashville, American Economic Association, 75(1):16-36, Mar.
- BOWLES, S., GORDON, D. & WEISSKOPF (1986). Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar US economy. **Review of Radical Political Economics**, New York, 18:132-67.
- BRAVERMAN, H. (1974). Labor and monopoly capital: the degradation of work in the XXth Century. **Monthly Review**, New York.
- BRUNDTLAND, G. (1987). **Our common future**. Oxford, Oxford University.
- CAREW, A. (1987). **Labour under the Marshall Plan: the politics of productivity and the marketing of management science**. Manchester, Manchester University.
- DAVIS, M. (1986). **Prisoners of the american dream: politics and economy in the history of the U.S. Working Class**. Londres, Verso.
- DOERINGER, P. B. & PIORE, M. J. (1971). **International labor markets and manpower analysis**. New York, Sharpe. (Revisado em 1985).
- FAVEREAU, O. (1989). Marchés internes, marchés externes. **Revue Économique**, /s.n.t./, 40(2):273-328, mars.
- FRIEDMAN, A. (1977). **Industry and labour**. Londres, MacMillan.
- GLYN, A. et alii (1988). The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN & SCHOR, ed., ONU/WIDER Working Papers, /s.l./
- ITO, M. (1980). **Value and crisis**. Londres, Pluto.
- KOLLO, J. (1990). **Without a golden age: Eastern Europe**. /s.n.t./. (Projeto WIDER).
- KORNAY, J. (1979). Ressource constrained versus demand-constrained systems. **Econometrica**, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, 47, July.
- LAFFONT, J. J. & MASKIN, E. (1982). The theory of incentives: an overview. In: HILDEBRAND, W. ed. **Advances in economic theory**. Cambridge, Cambridge University.
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. (1987). New technologies, new

modes of regulation: some spatial implications. **Space and Society**, /s.n.t./, 6 (3). (Seminário Internacional Changing Labour Processes and New Forms of Urbanization. Samos, setembro de 1988).

— (1989). Pour éviter l'Europe à deux vitesses. **Travail et Société**, /s.n.t./, 22, avr. (Palestra no Primeiro Congresso de l'Association Européenne des Economistes du Travail. Turim, setembro de 1990).

LIPIETZ, A. (1979). **Crise et inflation: pourquoi?** Paris, Maspero.

— (1983). **Le monde enchanté: de la valeur à l'envol inflationniste.** Paris, La Découverte.

— (1984). **L'audace ou l'enlèvement: sur les politiques de la gauche.** Paris, La Découverte.

— (1985a). **Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans les Tiers-Monde.** Paris, La Découverte.

— (1985b). Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise mondiale du capital? **Couverture Orange CEPREMAP**, /s.n.t./, n.8521. (A ser publicado In: BENKO, ed. **Economie industrielle contemporaine: théorie et pratique.** Nanterre, Erasme)

— (1989a). The debt problem, European integration, and new phase of the world crisis. **New Left Review**, London, 176 .

— (1989b). **Choisir l'audace: une alternative pour le XXème siècle.** Paris, La Découverte.

LORINO, P. (1989). **L'économiste et le manager.** Paris, La Découverte.

MAHON, R. (1987). From Fordism to? New technologies, labor market and unions. **Economic and Industrial Democracy**, /s.n.t./, 8:5-60. — (1989). Towards a highly qualified workforce: improving the terms of the equity-efficiency trade-off. In: **The colleges and the changing economy.** Toronto. (A ser publicado).

MARGLIN, S. (1990). Losing touch: the cultural conditions of workers accommodation and resistance. In: AFEL, F. & MARGLIN, S. A. **Dominating knowledge.** Oxford, Clarendon.

MARGLIN, S. & SCHOR, J. ed. (1990). **The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience.** Oxford, Clarendon.

MARX, K. (1965). **Das kapital.** /s.n.t./ v.1, cap. XIV.

MATHEWS, J. (1989). **Age of democracy: the politics of post-Fordism.** Melbourne-Oxford, Oxford University.

MESSINE, P. (1987). **Les saturnies.** Paris, La Découvert.

MOHAN Rao, J. (1990). **Capital-labour relations in India: continuity and change.** /s.n.t./ (Projeto WIDER).

- PIORE, M. J. & SABEL, C. F. (1984). **The second industrial divide: possibilities for prosperity.** New York, Basic Books.
- RIBOUD, A. (1987). **Modernisation, mode d'emploi.** Paris, Union Générale.
- RISKINE, K. (1990). **Reform and system change in China.** /s.n.t./ (Projeto WIDER).
- WALRAFF, G. (1986). **Ganz unten.** Colônia, Tiepenhauser & Witsh.
- WILLIAMSON, O. E. (1985). **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting.** New York, MacMillan
- YOU, J. I. (1990). **Is Fordism coming to Korea?** /s.n.t./ (Projeto WIDER).

Abstract

This paper shows that there is not a single way out of the crisis of "fordist-type" Capital-labour relations. Two main directions are possible ("flexibility" and "negotiated involvement"). They are not completely mutually consistent, and they are not consistent with any given regional situation. The paper first studies the possibilities of these alternatives in the various OECD countries. Then it extends the analysis to Eastern Europe, China, India, and some Newly Industrializing Countries. Then it analyses the different causal forces which will influence the outcome in each territory, and the possibility to combine these solutions between territories. Social, ecological, and macroeconomic constraints are considered.